



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

JUNHO DE 2022 - EDIÇÃO 94 - WWW.MEF.GOV.MZ

## DIA INTERNACIONAL DA FUNÇÃO PÚBLICA LANÇAMENTO DA REFORMA SALARIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



EM FOCO

## LANÇADA REFORMA SALARIAL NA FUNÇÃO PÚBLICA

PAG.3

## DESTAQUE

Carla Louveira na 7ª Cimeira  
Mondato África

PAG.5





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
**MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS**

## **CARTA DE SERVIÇOS**

### **Natureza**

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

### **Missão**

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

### **Visão**

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

### **Valores**

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

### **Serviços Essenciais**

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



## Lançada Reforma Salarial na Função Pública



O Presidente da República procedeu com o lançamento da reforma salarial da Administração Pública, que tem como objectivo valorizar, atrair e reter os melhores servidores e acabar com as discrepâncias salariais entre os Funcionários e Agentes do Estado.

A reforma foi lançada durante as celebrações do Dia Internacional da Função Pública, assinalada a 23 de Junho, sob o lema: "Reforçar a resiliência da Administração Pública africana para apoiar e facilitar a realização das necessidades nutricionais de África durante e após a pandemia da COVID-19".

Com a reforma, cada Funcionário ou Agente do Estado passará a auferir aquilo que merece de acordo com o empenho e mérito no desempenho das funções. Outrossim, a evolução profissional não vai depender apenas do tempo na carreira, do nível académico, mas também do saber fazer.

"Procedemos hoje ao lançamento da Reforma Salarial do Estado, designada Tabela Salarial Única, (TSU) aprovada pela Lei número 05/2022, de 14 de Fevereiro, que (i) define as regras e os critérios para a remuneração dos servidores públicos,

dos titulares ou membros dos órgãos públicos, dos titulares e membros dos órgãos da Justiça; incluindo a tabela salarial das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique", destacou o Presidente.

"O quadro remuneratório vigente caracteriza-se pela existência de legislação diversa (108 tabelas salariais diferenciadas), o que origina discrepâncias salariais entre funcionários e agentes do Estado com exigências

profissionais similares. A nova tabela reduz os níveis salariais de 63 para 21. Uma diminuição substancial acontece também em relação aos subsídios", disse o dirigente, acrescentando como outro problema que a reforma vem resolver a proliferação de estatutos remuneratórios, que são aprovados de forma discriminatória, o que faz com que, muitas vezes, o funcionário vá para carreiras em que os salários são elevados, aumentando, assim, a diferença.





Diferentemente do que tem acontecido, em que o quadro remuneratório contém 108 tabelas salariais diferenciadas, o que propicia discrepância salarial, a nova lei prevê apenas 21 níveis e o salário será estabelecido com base em quatro critérios: o tempo de serviço, tempo de efectivo na carreira, nível académico e idade.

Outro aspecto destacado pelo PR é a melhoria da gestão orçamental, maior rigor na gestão da folha salarial e eliminar o automatismo para promoção e mudança de carreira através de um concurso, o que poderá reduzir as variações acentuadas nas folhas de salário durante o recenseamento do Estado, a adopção de critérios transparentes para a remuneração dos institutos e fundos públicos.

Pretende-se com esta reforma, dentre outros resultados, garantir:

- A estabilidade e profissionalização da Administração Pública;
- Uma melhor gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Estado;
- O equilíbrio entre as diferentes carreiras profissionais da Administração Pública;
- Maior valorização das carreiras profissionais e do conhecimento;

- Melhoria da qualidade na prestação de serviços públicos;
- Maior competitividade e comprometimento dos funcionários;
- Maior empenho na busca do saber fazer por parte dos servidores públicos;
- Transparência nos processos de nomeação de funcionários para o exercício de cargos de Direcção Chefia e Confiança.
- Neste contexto, o Governo já aprovou e estão em implementação os seguintes regulamentos:

Decreto nº29/2022 de 9 de Junho que regulamenta os critérios do enquadramento dos servidores públicos, dos titulares ou membros de órgão público e dos titulares e membros dos Órgãos de Administração da Justiça na Tabela Salarial Única, previstos no artigo 20 da Lei nº5/2022 de 14 de Fevereiro.

- Decreto nº /2022 de x de Junho sobre os Quantitativos de Suplementos Salariais.
- Decreto nº /2022 de x de Junho sobre os Quantitativos de níveis salariais e escalões de TSU.





## Carla Louveira na 7ª Cimeira Mondato África



A Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, participou em Maputo, na 7ª Cimeira Mondato África, subordinada ao tema “Além do Acesso: Agregando Valor através da Transformação Digital & Inclusão em África pós-Pandemia”.

Intervindo na reunião, Louveira sublinhou que Moçambique tem adoptado diversas reformas jurídicas no âmbito da legislação financeira, fiscal, laboral e comercial que contribuem significativamente para o fortalecimento do bom ambiente para atracção do investimento privado nacional e externo.

Para a dirigente, o potencial económico do País permite atracção de investimento privado para o sector financeiro nacional, com o surgimento de instituições financeiras com capital maioritariamente privados, contribuindo desta forma para a melhoria e expansão dos serviços bancários, reforço na capacidade de captação de poupanças e dinamismo da actividade económica.

O evento que tivemos a oportunidade de acompanhar abarcou temáticas estruturantes para o contexto de desenvolvimento económico actual do nosso país, da região e do mundo no tocante à transformação dos canais

financeiros tradicionais para abordagens mais inovadoras, abrangentes e inclusivas.

A Vice da Economia e Finanças afirmou ainda que dados de inclusão financeira de Moçambique medidos do lado da oferta revelam que em termos de expansão das

contas, em cada 100 adultos, 31 possuem uma conta bancária e 83 possuem uma conta de moeda electrónica contra 16,8 e 0,4 adultos em 2011, respectivamente. Entretanto, constituem ainda desafios enfrentados pela população rural a melhoria do acesso e utilização de serviços e produtos financeiros, que podem ser alcançados em resultado do incremento da qualidade das infraestruturas básicas, melhoria da actividade económica e mitigação dos riscos financeiros associados.

Refira-se que a Mondato Summit Africa é um fórum criado em 2014, com o objectivo de debater, harmonizar políticas e fomentar a colaboração no domínio da inclusão financeira digital e financial technology (FinTech). Trata-se de um evento que congrega tomadores de decisão, autoridades reguladoras, académicos e operadores dos sectores das comunicações e bancário e contou com a participação de nacionais, estrangeiros e sector privado.





## Empoderamento da Juventude e Dividendo Demográfico em Moçambique

# MEF no Lançamento do Projecto de Fortalecimento de Sistemas de Dados



A Vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, disse haver necessidade de celebração do acordo de parceria para a implementação de planos de trabalho que possam contribuir para o fortalecimento de dados, empoderamento da juventude e o dividendo demográfico em Moçambique.

Para a dirigente, o evento tinha dentre outros objectivos aprimorar o mecanismo de captação e monitoria de dados demográficos com vista a melhoria da qualidade e diversificação dos instrumentos e evidências que possam permitir emitir políticas e estratégias orientadas para a população moçambicana. É neste contexto que o Governo moçambicano reconhece a importância dos dados relativos à estrutura da população, composição por sexo, idade, entre outros, na produção de evidências para informar o processo de planificação de modo a torná-los mais responsivo às precauções da população moçambicana e efectivos no alcance dos resultados decorrentes da implementação de políticas económicas, com destaque para as áreas da saúde e educação que assegurem a inclusão e o desenvolvimento sustentável, referiu.

Por seu turno, a representante do Fundo das Nações Unidas para a População, (UNFPA), Berangere Boell, referiu que as evidências mostram que a capacidade do país para aproveitar o seu dividendo demográfico dependerá de como os seus determinantes são abordados nas políticas públicas e instrumentos de planificação sectoriais, mas também da habilidade de mobilizar recursos e monitorar investimentos eficazes. “Alcançar um dividendo demográfico requer múltiplos investimentos, incluindo a garantia do direito, autonomia e liberdade dos jovens de alcançarem o seu potencial, também é crucial eliminar os obstáculos sociais, económicos, institucionais e

geográficos que impedem que casais e pessoas decidam de maneira livre e responsável o número e o espaço de tempo entre uma gravidez e outra. Para esse fim, o planeamento familiar é uma componente essencial, contribuindo para a redução da mortalidade e morbidade materna por meio da prevenção de gravidezes indesejadas, entre outras questões”, sublinhou.

Termino a minha intervenção reiterando o interesse do UNFPA de continuar a colaborar com o Governo de Moçambique e outras partes interessadas para garantir o desenvolvimento inclusivo do país, investindo em nossa força jovem, sem deixar ninguém para trás, completou.





No MEF

## Directores Nacionais Capacitados em Instrumentos de Planificação e Orçamentação



Cerca de 30 Directores de várias instituições foram capacitados em Metodologias para a Elaboração dos Instrumentos de Planificação, Orçamentação, Monitoria e Avaliação, no contexto da reforma do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), à luz da Lei n.º 14/2020, de 23 de Dezembro, que estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento do SISTAFE.

A capacitação por um lado, visa harmonizar e integrar os processos de planificação e orçamentação num único instrumento denominado Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) que resulta de dois instrumentos, o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE).

Por outro, compreende as boas práticas, normas, procedimentos, Órgãos e Instituições do Estado e Instituições Descentralizadas que intervêm para

assegurar a relevância, convergência, eficácia, eficiência, sustentabilidade e impacto das políticas implementadas.

Esta Lei apresenta, dentre outras reformas, a criação do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO) e Subsistema de Monitoria e Avaliação (SMA), definindo de forma sistematizada, o ciclo de planificação e orçamentação, Monitoria e Avaliação, os seus instrumentos, bem como a responsabilidade pela sua elaboração e aprovação.





## BAD Reforça Cooperação Financeira com Moçambique



IDAI e Kenneth, e para a Pandemia da COVID-19, frisou.

O timoneiro da Economia e Finanças, acrescentou que o evento decorre num momento especial em que Moçambique e BAD celebram quarenta e cinco anos de parceria, marcada por uma assistência financeira bastante significativa para o desenvolvimento do país, cujo valor ascende a 2.5 biliões de dólares americanos, tendo a primeira operação iniciado no sector de estradas em 1977.

Hoje, contamos com mais de 75 projectos, dos quais 22 projectos estão em curso com financiamento de cerca de 458.605 milhões de dólares americanos.

Por seu turno, o Representante Residente do BAD, Cesar Mba Abogo, disse que, a economia moçambicana está a recuperar, mas os choques nos últimos anos não conduziram ao esperado retrocesso da pobreza. Só a COVID-19, sem contar com os outros choques, exacerbou a desigualdade entre e dentro do país e levou mais pessoas para o limiar da pobreza, disse o dirigente, acrescentando que, o Banco está particularmente orgulhoso dos progressos que alcançámos juntos durante estes cinco anos do Country Strategy Paper (CSP) 2018-2022; do papel activo na promoção do desenvolvimento do norte do país; da resposta ao drama humanitário do Idai e Kenneth; da luta contra a COVID-19; e da sinceridade e transparência do nosso diálogo político para a promoção de reformas durante este período, ressaltou.

O Executivo e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) avaliam em Maputo, o desempenho anual de carteira de projectos do Governo financiados pelo BAD e a Estratégia do Banco para o País 2018-2022.

A avaliação conjunta reafirma e reforça a cooperação financeira do BAD orientada pela Estratégia aprovada em Junho de 2018, baseada em dois pilares que são o desenvolvimento de infra-estruturas e a transformação da agricultura.

Intervindo na ocasião, o Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, sublinhou que o encontro decorre numa altura em que a economia mundial continua enfrentando choques nos mercados financeiros internacionais, trazendo repercussões

severas sobre o crescimento global. Apesar dos diversos factores climáticos (chuva e seca) e a COVID 19, o país tem registado considerável estabilidade macroeconómica e política, que tem incentivado a atracção de maiores volumes de investimento nacional e estrangeiro incluindo a contribuição valiosa do BAD.

Aproveito o ensejo, para saudar calorosamente o BAD, pela pronta intervenção aquando do registo do Ciclone IDAI no país, tendo sido o primeiro parceiro a disponibilizar fundos de resposta a intempérie, bem como a flexibilidade deste Banco demonstrada na realocação de fundos da Estratégia 2018-2022, para actividades não planificadas decorrentes dos Ciclones





## Com apoio do PNUD Técnicos do MEF Actualizam Guião de Elaboração de Planos Estratégicos Territoriais



No âmbito do processo de descentralização, o Ministério da Economia e Finanças (MEF), através da Direcção Nacional de Planificação e Orçamento (DNPO) tem estado a actualizar vários instrumentos de orientação para o processo de planificação, para responder às exigências da governação local. Neste contexto, quadros do MEF, reunidos em Workshop na Província de Maputo, actualizam o guião de elaboração das estratégias territoriais, alinhados aos princípios e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's).

Com este exercício pretende-se igualmente harmonizar as metodologias para a elaboração das estratégias territoriais, obedecendo os princípios dos dos ODS's e as actuais exigências das reformas do Sistema de Administração Financeira do Estado, bem como da Governação Descentralizada Provincial.

Intervindo na Sessão de Abertura do encontro, Abdul Razak Adamo, quadro da DNPO, apresentou o historial dos Planos Estratégicos Nacionais desde o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), Programa de Reabilitação Económica (PRE), passando pela Agenda 2025 até aos Planos de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA's).

Na ocasião Razak referiu-se aos paradigmas actuais no sentido de as Estratégias Sectoriais e Territoriais incorporarem todos os programas relevantes previamente definidos

na Estratégia Nacional salvaguardando a missão e a visão do território.

As Estratégias devem incorporar diagnósticos e objectivos estratégicos, qualificando e quantificando-os por intermédio de indicadores de impacto, de resultado, de produto e metas. Devem igualmente apresentar um quadro lógico, identificando o programa, subprograma, projecto, objectivo geral e específico, actividades, indicadores, prazos, responsável e custos.

Por seu turno, o Conselheiro Chefe Técnico do Programa de Descentralização do PNUD, Cristino Pedraza Lopez, fez um diagnóstico dos Planos Estratégicos Provinciais, tendo referido que os mesmos não tinham um alinhamento com os instrumentos de planificação nacionais.

Ademais, na óptica de Lopez, havia pouca divulgação dos Planos Estratégicos que precisam de ser divulgados entre os sectores, a Sociedade Civil e o Sector Privado, que são também actores importantes para o desenvolvimento do território. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estudou os diferentes planos provinciais e apresentou uma proposta do que deveria ser um Plano Estratégico.

Não deve haver um Plano Estratégico do Governo de Província e outro da Secretaria de Estado da Província. O Plano Estratégico deve

ser do território, independente dos partidos que governam. Normalmente devia ser aprovado pela Assembleia Provincial, porque esta representa os cidadãos de uma província e o objectivo final de um plano estratégico territorial é melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Cristino concluiu a sua intervenção lamentando a falta de um mecanismo de monitoria e seguimento dos Planos Estratégicos após a sua aprovação.

### Guião das Estratégias Territoriais, à Luz da Reforma do SISTAFE

Sobre este assunto, a Analista de Processos de Negócios no Subsistema de Planificação e Orçamento (SPO), Odeisse Daniel, debruçou-se sobre a perspectiva da formulação dos guiões à luz da reforma do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) e do SPO, tendo referido que o SPO orienta sobre como os instrumentos de planificação e orçamentação devem ser elaborados, através do Manual de Planificação e Orçamentação (MPOR).

A lei orienta para as Estratégias Territoriais definirem os seus objectivos, acções, produtos e resultados para o desenvolvimento do território, com vista ao alcance do estabelecido na Estratégia Nacional, salvaguardando a missão e visão do território com um horizonte temporal de 10 anos.

Por sua vez, Márcia C. Chelengo, da Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento (DNPED), falando sobre a Revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), referiu-se a este documento como sendo um instrumento de planificação que norteará as linhas estratégicas do desenvolvimento nacional num período de 20 anos.

A ENDE servirá de base e orientação para a elaboração de todos os outros instrumentos de planificação do país, por forma a responder aos desafios actuais e futuros.

Durante o evento reconheceu-se que um dos grandes desafios era referente ao alinhamento dos PEPs de todas as províncias aos ODS e a ENDE, com principal realce à matriz do quadro lógico (Pilares-ENDE, Objectivos-ODS, Programas-ENDE, Indicadores-ODS e metas-ODS).



## Com Vista o Garantir o Cumprimento Integral do PQG 2020-2024 MEF Avalia Progresso na Implementação dos ODS



Técnicos de Planificação de vários sectores do Governo reuniram-se entre os dias 8 e 9 de Junho de 2022 na Província de Maputo, no Seminário para Avaliação do Progresso na Implementação dos ODS e Integração dos Indicadores nos Instrumentos de Planificação e Orçamentação, organizado pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF) em parceria com a GIZ/Cooperação Alemã e o PNUD.

Falando na abertura do evento, o Director Nacional Adjunto de Monitoria e Avaliação do MEF, Albano Manjate disse que o seminário tinha como objectivo avaliar o processo da implementação dos ODS e o grau de cumprimento dos indicadores do PQG e sua implementação no Quadro Nacional de Indicadores. “É momento oportuno para saber aonde estamos como país na implementação e integração dos indicadores nos programas e planos de desenvolvimento, frisou”.

O primeiro tema foi apresentado por Evenilde Tamele, técnica do (MEF), tendo referido que o objectivo da Agenda 2030 é responsabilizar e envolver os países membros através de um esforço colectivo com vista a prossecução dos

17 objectivos de desenvolvimento sustentável, para além da necessidade de integração dos indicadores dos ODS nos planos sectoriais.

Referiu-se igualmente aos progressos registados nesta matéria, com a elaboração do Quadro Nacional de Indicadores em 2020 e a primeira revisão nacional voluntária apresentada a 15 de Julho do mesmo ano, no fórum político de alto nível das Nações Unidas em Nova Iorque.

Salientou a necessidade dos pontos focais reforçarem a capacidade interna dos

respectivos sectores na implementação dos ODS através de capacitações.

Por seu turno, o Chefe de Departamento de Planificação e Política Orçamental no MEF, Augusto Zopene lembrou aos sectores para que tenham em mente a filosofia do processo de planificação e orçamentação (Lei do e-SISTAFE) de modo a garantir a integração dos ODS, bem como o alcance do compromissos nacionais e os assumidos pelo País a nível das Nações Unidas.

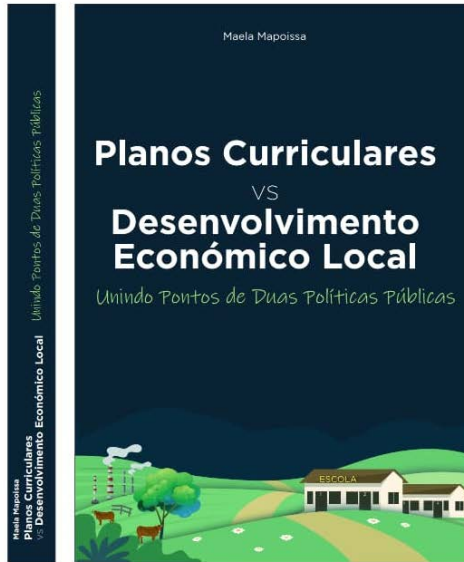




# “Um ambiente Sustentável Também se Constrói com Homens e Livros”



**Maela Mapoissa** nasceu a 14 de Fevereiro de 1977, fez estudos primários na Escola Primária Tunduro, no bairro do Ponto (Matola), e secundários na Escola Secundária da Matola. É Mestre em Educação/ Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica - Maputo, e Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane. É profissional de Planificação, Monitoria e Avaliação. Tem colaborado com a Universidade Save (Unisave), antiga Universidade Pedagógica Delegada de Gaza, na docência, tendo leccionado disciplinas como Teorias do Desenvolvimento Comunitário, População e Povosamentos, Demografia, Economia do Turismo, entre outras. Maela entrou para a área da literatura através da publicação, em 2008, de um ensaio intitulado “Doze Anos Talandro Vozes. Um Ensaio sobre o Princípio dos Grupos Corais”. Esse Ensaio é correlato da sua longa experiência de maestro e fundador de grupos corais. Hoje, Maela apresenta esta obra que versa sobre políticas públicas, designadamente, planos curriculares e desenvolvimento económico local. Nesta, Maela apresenta sua utopia sobre a complementaridade existente ou que se pode construir entre esses dois campos expostos no título da obra, perspectivando uma maior integração intra-local entre os diferentes sectores (sociais, económicos e ambientais) e actores. Igualmente, em 2011, publicou um artigo científico intitulado “Impacto, Lços e Desafios do FDO: Reflexão sobre a província de Gaza” coproduzido com o MSc. Carlos Uanícola Vilanculos e, mais recentemente, produziu um artigo intitulado “O Turismo de Gaza em Tempos de Pandemia: Uma Incurião Sobre o Comportamento dos Seus Principais Indutores”.



A ideia foi defendida por Maela Mapoissa, funcionário do Serviço Provincial de Economia e Finanças de Maputo (SPEFM), durante o lançamento do seu livro intitulado “Planos Curriculares vs Desenvolvimento Económico Local: Unindo pontos de duas Políticas Públicas” e da sua obra

discográfica “Olá Ambiente”, que teve lugar no Centro de Interpretação da Cidade da Matola.

A obra literária Planos Curriculares vs Desenvolvimento Económico Local: Unindo pontos de duas Políticas Públicas é uma reflexão sobre a comunicação entre

políticas públicas, numa perspectiva de resgate e/ou revalorização do ensino orientado para a edificação de actores de desenvolvimento dos territórios.

O livro, editado pela imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), é fruto da sua dissertação de Mestrado, apresentada na Universidade Pedagógica (UP) e que resulta de um trabalho de pesquisa sobre os processos de Planificação e Educação.

Já o disco “Olá Ambiente” convoca a todos os actores sociais a tomar consciência sobre os problemas ambientais e, acima de tudo, agir em defesa do ambiente.

O compositor chama ainda a atenção sobre a necessidade de promoção da gestão sustentável dos ricos recursos florestais, marinhos, minerais e turísticos que o País dispõe.

Intercalada por momentos de música, a cerimónia contou com a presença do Director do SPEFM, Paulino Naife, funcionários do SPEFM; académicos; fazedores de cultura; familiares e amigos.





## Assinados Acordos para o Projecto Centro Nacional de Despacho



Intervindo no evento, o PCA da EDM, Marcelino Gildo Alberto, destacou a importância do projecto tendo afirmado que o mesmo vai permitir que haja melhor controlo das operações dentro e fora do país, bem como aumentar as interligações para os países vizinhos e permitir que operem de forma rápida, segura e eficiente, frisou.

Por sua vez, o Gestor de Projectos do KfW, Daniel Turkis, afirmou que o Banco congratula-se por testemunhar a assinatura pois, nós como KfW apoiamos a iniciativa e estamos satisfeitos em concluir este financiamento para a implementação do CND.

Refira-se que o CND é um instrumento que visa responder ao decreto 43/2005 de 29 de Novembro que designa a EDM como Gestor da Rede Nacional de Transporte de energia eléctrica e está orçado em 66.150,000 USD a serem financiados pela KfW, EU, BAD e Governo da Suécia.

**A** Direcção Nacional do Tesouro, Cooperação Económica e Financeira, (DNTCEF) e a Electricidade de Moçambique, (EDM), assinam, em Maputo, um acordo com a Cooperação Financeira Alemã.

inovações no que se refere à outras fontes de energia e vai contribuir para o país continuar a desempenhar um papel importante na região da SADC.

O acordo foi firmado através do KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau)-Banco Alemão de Desenvolvimento para financiamento do projecto Centro Nacional de Despacho (CND).

O CND irá dentre outros objectivos permitir que a Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica seja operada de forma segura e rápida, e que Moçambique se torne o Centro de Controle na região da Southern African Power Pool (SAPP), para além de ser um centro de produção de energia eléctrica, uma vez que o país possui fontes diversificadas de geração de energia eléctrica.

O Director Nacional da DNTCEF, Adriano Ubisse que falava na cerimónia sublinhou que o acordo ora assinado é de uma área prioritária para o Governo de Moçambique. O CND irá trazer





## Através do Cooperativismo

# \*Queremos ter Poder para Negociar Nossos Recursos



Depois de Nampula e Niassa, ontem (08.06.22) foi a vez de Cabo Delgado reunir para debater o modelo de transformação económica baseado no cooperativismo, uma iniciativa da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) em parceria com a Associação Moçambicana Para a Promoção do Cooperativismo Moderno. Diversos actores da cadeia de produção, nomeadamente, produtores, comerciantes, financiadores, governo local, estiveram ontem reunidos na Cidade de Pemba, para reflectir sobre a melhor forma de assegurar a maximização da produção em Cabo Delgado bem como a arrecadação de receitas para o estado.

Falando na cerimónia de abertura, o Governador de Cabo Delgado, Valige Tauabo saudou os avanços tecnológicos do sistema tributário moçambicano feitos pela AT, bem como pela definição de estratégias para sustentabilidade das actividades do estado. "Através do cooperativismo estará assegurado o alargamento da base tributária e arrecadação de mais receitas", disse o dirigente acrescentando que as cooperativas viabilizam novas formas de negócio e asseguram a justiça social nos sectores da economia rural "são por isso geradores da riqueza rural e geram impacto nas comunidades locais através da utilização de estruturas participativas dinamizando o meio onde actuam" referiu.

Por seu turno, a Presidente da AT, Amélia Muendane, lembrou que a instituição que dirige "na qualidade de responsável pela arrecadação de receitas para os cofres de estado tem como uma das suas atribuições propor plataformas para integração económica, e o cooperativismo moderno é uma delas". Muendane disse que aquela era uma oportunidade para "reduzir o estigma que ainda existe entre a AT e os contribuintes, muitas vezes os funcionários são vistos como fiscais e auditores do negócio dos contribuintes. Nós somos mais do que isso, o sistema tributário visa assegurar a redistribuição da produção e desta forma revigorar a economia".

A dirigente disse igualmente que a melhor forma de maximizar a produção de Cabo Delgado passa pela organização do sector produtivo em cooperativas "Cabo Delgado tem potencialidade para produzir e 86,6% da sua população se dedica à agricultura. É preciso transformar este potencial em riqueza e precisamos de uma organização produtiva, por isso o conceito de cooperativismo" referiu.

Segundo a Presidente a abordagem de cooperativismo moderno "é um modelo de organização económica que permite ter mais poder para negociar a vida económica como pequena, média ou grande organização económica. Este modelo tem validade para sector informal, PME, grandes empresas entre outros que adquirem uma única plataforma para se colocarem no mercado".

O cooperativismo moderno, segundo a fonte, "visa também assegurar que os produtores se ocupem exclusivamente na produção e gestão da cooperativa tem a responsabilidade de fazer marketing e pesquisa do mercado para colocar o produto". Cabe ao gestor da cooperativa "assegurar o acesso ao crédito, aos mercados, negociar o preço, o que vai permitir o redobrar da capacidade de investimento e vai fazer crescer a economia", referiu.

Amélia Muendane lamentou o facto de alguns intermediários comerciais estarem a tirar dividendos da falta de organização do sector produtivo, tomando como exemplo a produção e comercialização de gergelim em Cabo Delgado. "Este produto é colocado a preço baixo no mercado internacional porque os intermediários fazem negociação individualmente com os produtores, mas se estes estivessem organizados em cooperativas os resultados seriam diferentes porque o gestor da cooperativa tem ideia do que o mercado oferece por este ou aquele produto" referiu. Segundo Muendane o modelo de transformação económica proposto pela AT visa assegurar que os produtores nacionais tenham poder para negociar o preço "o nosso negócio só tem validade quando trás lucro" lembrou.

A dirigente lamentou o facto da Madeira produzida em Moçambique estar a ser exportada em toros em esquemas fraudulentos e a solução segundo ela está no "cooperativismo que deve assegurar a cadeia de produção e transformação da madeira, devemos através das cooperativas assegurar que a madeira seja transformada em Moçambique". Segundo a fonte a preocupação com o lucro, de muitos intermediários comerciais, mina o interesse comum dos moçambicanos "o contrabando da madeira prejudica a nossa economia e bem-estar. Se o estado não tem dinheiro para construir estradas, o produtor não terá como colocar produto a preço de concorrência. O que contribuímos para o estado tem retorno para nós" rematou.

No quadro do Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo, a AT está neste momento a mapear o problema do sector de produção em todo o país e em 2023 vai iniciar a implementação efectiva desta plataforma em coordenação com vários intervenientes no sector de produção, transformação e comercialização da produção nacional.



## BVM Projecta Elevar para 30 Empresas à Cotar Até 2026



**A** Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) pretende admitir mais dezanove empresas no mercado, passando dos atuais onze para trinta, nos próximos quatro anos.

Com esta medida, a BVM pretende fazer face a um dos seus principais desafios que se prende com a necessidade de ver cotadas, mais empresas no mercado accionista e obrigacionista, bem como aumento da capitalização bolsista.

“Pretendemos também contribuir para o crescimento do financiamento ao sector privado, apostar na criação de novos produtos, serviços, mercados e instrumentos financeiros, bem como admitir a cotação às empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE)”, disse Salim Valá, Presidente de Conselho de Administração (PCA) da instituição.

Valá falava ontem, em Maputo, no âmbito de visita de trabalho da

Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da Assembleia da República (AR) à BVM no contexto de fiscalização e supervisão que este grupo de deputados tem realizado às empresas públicas e instituições participadas pelo Estado.

Segundo o PCA, a BVM pretende criar mecanismos apropriados para atrair as Pequena e Médias Empresas (PME), promovendo a formalização da economia e a internacionalização das empresas moçambicanas.

“É neste contexto que estamos a equacionar a introdução de incentivos temporários direccionados às empresas cotadas na Bolsa de Valores, bem como ampliar e aprofundar a implementação de programa de capacitação e literacia financeira, em particular, sobre o mercado de capitais”, frisou.

Por seu turno, o presidente da Comissão do Plano e Orçamento, António Niquice, disse que os parlamentares estão

interessados em ver a BVM a atrair cada vez mais empresas, sobretudo, as PME.

Niquice defende que as empresas do Sector Empresarial do Estado devem estar cotadas na bolsa como forma de obter vantagens de financiamento e visibilidade no mercado nacional e internacionalizar.

Explicou ainda que a visita tinha como objetivo verificar, dentre outros aspectos, o desempenho dos indicadores financeiros da empresa; as estratégias para dinamizar a economia nacional, o plano de comunicação e promoção, o quadro legal que regulamenta o funcionamento da instituição e os incentivos existente para estimular a poupança e o investimento.

“Estávamos interessados em saber mais sobre a admissão das Grandes, Pequenas e Médias Empresas (GPME) ao mercado bolsista, bem como a influência da BVM no desempenho das PME”, afirmou.



## SPEFZ Comemora o Dia Internacional da Função Pública



O Director dos Serviços Provinciais da Economia e Finanças da Zambézia, (SPEFZ), Lucas José Jackson, dirigiu na cidade de Quelimane, a cerimónia do Dia Internacional da Função Pública, que se comemorou sob o lema: “Reforçar a Resiliência da Administração Pública Africana para Apoiar e Facilitar a Realização das Necessidades Nutricionais de África, Durante e Após a Pandemia da COVID-19”.

Na cerimónia de celebração o Dia Internacional da Função Pública, Jackson enalteceu o papel preponderante que o funcionário público tem de servir cada vez melhor o cidadão, bem como de reflexão sobre os desafios que se impõem no âmbito da Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública.

Esta data, foi declarada pelas Nações Unidas, em 2011, como forma de proporcionar ao mundo uma oportunidade de reflectir sobre o serviço público e o seu papel no desenvolvimento da sociedade.

As Nações Unidas, declararam esta data por forma a reconhecer e incentivar os avanços na Administração Pública, como um factor de desenvolvimento, boa governação e promoção de Estado de direito e democrático, então, vamos levar a vante estes propósitos, disse o dirigente.

Na ocasião, o director instou os funcionários a pautarem pela ética e deontologia profissional em prol de uma função pública virada para servir ao cidadão, com qualidade, zelo, profissionalismo, dedicação e alto sentido de responsabilidade. Saúdo a todos pela entrega abnegada ao trabalho e aos resultados positivos que a nossa instituição alcançou no ano transacto, isso é de louvar, sublinhou.

O SPEFZ, premiou com Diplomas de Honra, os seguintes funcionários. Ângelo Custodio Paulo; Carolina Henriques João; Ernesto Armindo Abrage; Hélder Júlio Fernandes; Hélia Maria Pinto Coelho da Rocha; Leocádia Puadinha Viola; Maria José Simões; Malú

Cidade Marques; Manuel António Lino de Paiva e Rogério Warrowarro Manuel.

Falando aos funcionários laureados com diplomas de honra, Jackson disse serem faróis da instituição sublinhando que podiam ser todos os funcionários da instituição que dirige, mas, desta vez é este grupo, da próxima serão outros, não é possível abranger a todos de uma só vez, sempre deve se destacar alguns, frisou.

Enalteceu ainda os funcionários que se encontram em diferentes frentes de actividades trabalhando com dedicação e brio profissional, em prol do desenvolvimento sustentável e integrado do nosso País e da nossa província em particular.





## Perfil do funcionário Bernardino Matimbe



Nesta edição do Boletim Informativo número 94, vamos trazer um pouco do historial do colega Bernardino Matimbe, técnico do CEDSIF.

### CEDSIF (iC) – Quem é o colega?

**Bernardino Matimbe (BM)** - Chamo-me Bernardino Mário Eduardo Matimbe, nasci em Maputo, aos 11 de Junho de 1980.

### iC - Fale da sua infância?

**BM** - Nasci e cresci em Maputo, no Bairro da Polana Cimento A, durante a minha infância tive boas amizades, quando criança frequentava a catequese (na Sé Catedral) onde depois fui baptizado e crismado. Em termos de desporto praticava ginástica no ginásio de Maputo, voleibol e Artes Marciais (Xukokai).

### iC – Fale-nos do seu percurso estudantil até a sua empregabilidade.

**BM** - Até 1991, frequentava o nível Primário

na Escola 3 de Fevereiro. Entre 1992 – 1993, frequentei o nível Primário do 2º Grau na Escola da Maxaquene;

De 1994 – 1999, frequentei o Curso básico de Contabilidade na Escola Comercial de Maputo e seguir na mesma escola de 2000 a 2004, o nível médio do mesmo curso. Entre 2006 e 2009, frequentei e concluí o nível de licenciatura, na Universidade Pedagógica de Maputo, o Curso de Planificação, Administração e Gestão. De 2015 a 2016, frequentei e concluí o nível de licenciatura em Administração Pública no Instituto Superior de Administração Pública e em 2017, concluí a Pós-Graduação Profissional em Administração Pública no Instituto Superior de Administração Pública - Maputo.

### iC – Qual foi a sua primeira experiência profissional?

**BM** - Fiz um estágio no Conselho Municipal da Cidade de Maputo.

### iC – como foi integrado no CEDSIF?

**BM** - Á minha chegada ao CEDSIF fui integrado no Serviço de Organização e Modernização - SOM e lá trabalhei durante 3 meses na Divisão de Reformas, posteriormente fui afecto ao Projecto SPO, razão/motivo do meu destacamento

### iC – Como foi mudança?

**BM** - Foi tudo paulatinamente, uma vez que quando entrei no MEF em 2005 passei por diversas áreas das quais parte do trabalho que faço actualmente;

### iC – Em que trabalha?

**BM** - Actualmente trabalho na implementação do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO), que envolve muita componente e conhecimentos de Planificação, Orçamentação e Execução Orçamental, é para mim um desafio por ser um módulo novo a ser utilizado ao nível nacional e espera-se que esse módulo resolva os problemas actuais de ligação entre o Plano e o Orçamento.

### iC – Quais as vicissitudes que encontrou a sua chegada ao CEDSIF?

**BM** - Quando cheguei ao CEDSIF encontrei várias mudanças, das quais:

- A Gestão por projectos; onde cada projecto tinha que ter os seus Analistas de Negócio, Analistas de Sistema e Desenvolvedores, contrariamente o que acontecia antes em que todos os técnicos acima referenciado estavam no SOM ou outras áreas;
- A Marcação da efectividade por via eletrónica (Fingerprinter ou Cartão): Na minha instituição de origem a efectividade é feita até hoje por via de livro de ponto;
- Grande parte da comunicação flui via email, contrariamente aos outros sectores da Administração Pública em que a comunicação é feita por via de circulares, notas, ofícios que anda de gabinete a gabinete; etc
- Sistema de Segurança avançado, onde os colaboradores podem deixar os seus pertences nas suas



secretárias sem nenhum receio de alguém levar/tomar;

### **iC – Como tem sido a relação com os seus colegas?**

**BM** - A relação tem sido boa, embora cada um tenha seu jeito de ser, sempre procuro ver e fazer as coisas de forma positiva.

### **iC – Muitos não sabem em que consiste o vosso trabalho. Pode descrever o seu ciclo de actividades?**

**BM** - Como Analista de Negócio, o ciclo de actividades tem sido:

- desenho do negócio para as funcionalidades que a implementar;
- análise e homologação dos casos de uso;
- validação de funcionalidades antes da implementação no ambiente de produção.

O MPO está em produção, na fase da elaboração do PESOE para o ano 2022, sendo uma ferramenta nova para a programação da Receita e Despesa, todo o dia tem sido de muita correria onde por vezes por falha do sistema por alguma inconsistência há necessidade de actualização do negócio de uma funcionalidade existente ou desenho de uma nova.

### **iC – Incorre algum risco de trabalho?**

**BM** - Todas as tarefas incorrem em riscos. Trabalhando no sistema, corre-se o risco de cadastrar alguém a quem não devia, por um mínimo erro de digitação. O cansaço, a falta de atenção, e até mesmo a falta de comunicação interna, podem ser factores de cometimento de erros. Tudo se resume em ser atento e focado. Igualmente, o desenho do negócio de forma errada, leva a que os Analistas de Sistema especifiquem o negócio tendo em conta o erro já cometido e consequentemente o desenvolvimento de funcionalidades inadequadas; etc.

### **iC – Tem paixão por outra área?**

**BM** - Desde que entrei no Ministério da Economia e Finanças, trabalho com processos de Administração e Execução do Orçamento de Estado dando formações e assistência. Actualmente trabalho com processos de Planificação e Orçamentação também em formações e assistências. Se pudesse mudar de área, gostaria de trabalhar na área de apoio ao utilizador do e-SISTAFE ou na Escola de Formação do CEDSIF dando apoio aos utilizadores do e-SISTAFE, especificamente, garantindo a correcta Planificação, Orçamentação e Execução do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado.

### **iC – Que comparação faz da evolução do CEDSIF?**

**BM** - Eu integrei no CEDSIF em 2018 para a Implementação do MPO, mas conheço a instituição desde a sua criação.

Estou a trabalhar em regime de destacamento vindo do Ministério da Economia e Finanças – Direcção Nacional de Contabilidade Pública. Desde 2018 a esta parte, noto grande diferença em termos de modernização de sistemas de informação de Gestão de Finanças Públicas e seus complementares.

### **iC – Se tivesse poder, o que mudaria?**

**BM** - Primeiro, procurava moldar a forma que os nossos recursos humanos lidam com os processos individuais dos funcionários/colaboradores, uma vez que as pessoas/trabalhadores são o bem mais precioso de uma organização, e, achando-se injustiçados de alguma forma pode influenciar o seu percurso na instituição.

### **iC – Mensagem para os colegas.**

**BM** - A comunicação é a arma acertada para o desenvolvimento da instituição, ninguém sabe tudo, não devemos ter receio de pedir apoio em algo que não temos domínio, o conhecimento, o saber é a chave do sucesso. Sejam unidos.

Tempos livres

### **iC – É casado? Tempos livres?**

**BM** - Sim e pai de quatro (4) meninas. Convivo com a família e amigos. Vejo programas de televisão.

### **iC – Um livro...**

**BM** - Autor: Paulina Chiziane

- Niketche: Uma História de Poligamia, e
- O Sétimo Juramento

### **iC – Um filme...**

**BM** - La casa de Papel

### **iC – Um actor**

**BM** - Álvaro Morte (Professor),

### **iC – Um momento marcante da sua vida**

**BM** - Perda dos meus pais (X).



# O café pode prevenir envelhecimento precoce - diz estudo



Estudo revelam que o café é uma bebida rica em ácido clorogênico, ácido cafeico e kahweol, que são compostos bioactivos com propriedades antioxidantes, que ajudam a combater os radicais livres, prevenindo envelhecimento precoce, cancro, depressão e diabetes.

Além disso, o café tem ótimas quantidades de cafeína, um composto que estimula o sistema nervoso central, ajudando a combater a depressão, melhorando o humor e a disposição física e mental.

O sabor, o aroma e a quantidade de cafeína do café variam de acordo com o tempo de torrefação (a torrefação consiste em colocar os grãos crus em contacto com o calor, em uma máquina, através da injeção de ar quente, cuidando para chegarem ao ponto perfeito), o tipo de moagem e a forma de preparo dos grãos, incluindo o expresso, o solúvel, o

coado ou o descafeinado, que podem ser consumidos puros ou usados em preparações doces, como tiramisu ou sorvete, e salgadas, como molhos.

Alguns benefícios alcançados com o consumo moderado do café para a saúde

## Melhorar memória e concentração

Por ser rico em cafeína, um composto estimulante do sistema nervoso central, o café ajuda a melhorar a memória e o estado de alerta, além de aumentar a capacidade de concentração e diminuir o sono.

No entanto, a tolerância aos efeitos da cafeína é muito comum, ou seja, muitas vezes é necessário consumir doses cada vez maiores para se obter os mesmos benefícios que se tinha consumindo doses iniciais pequenas.

## Evitar a depressão

Os polifenóis presentes em ótimas quantidades no café combatem os radicais livres e diminuem inflamações nas células do sistema nervoso central, o que contribui para reduzir a ansiedade e melhorar o humor, prevenindo quadros de depressão.

Além disso, o consumo de café geralmente também está associado com hábitos sociais de convívio, estimulando o contato com outras pessoas e favorecendo o bem-estar geral.

## Prevenir cancro

O café contém cafeína, ácido clorogênico, ácido cafeico e kahweol, antioxidantes que protegem as células contra os danos provocados pelos radicais livres, impedindo o desenvolvimento de alguns tipos de cancro.



Além disso, o café ajuda a diminuir os níveis de estrogênio no organismo, um hormônio relacionado a alguns tipos de câncer, como de mama, fígado, cólon e de endométrio.

### Ajudar a combater dores na cabeça

O café possui propriedades anti-inflamatórias e analgésicas que ajudam a diminuir e prevenir a dor na cabeça, incluindo a enxaqueca.

No entanto, algumas pessoas que deixam de consumir o café, podem observar melhoras da dor na cabeça. Isto acontece, pois os efeitos da bebida variam de acordo com cada organismo. Por isso, é importante observar se a ingestão de café provoca a dor na cabeça ou ajuda a melhorar o sintoma.

### Ajudar no emagrecimento

O consumo de café favorece a perda de peso, pois a cafeína ajuda a controlar a fome temporariamente, contribuindo para a redução da ingestão de alimentos.

Além disso, o café tem propriedades termogênicas, aumentando o gasto energético e a queima de gordura corporal, favorecendo o emagrecimento. A ingestão de 300mg de cafeína por dia, estimula um gasto energético de aproximadamente 79 calorias.

### Melhorar o desempenho durante exercícios

A cafeína, presente no café, tem propriedades ergogênicas, que aumentam a produção de energia do organismo, diminuindo o cansaço e

a dor durante os exercícios físicos, e melhorando o desempenho físico e mental.

### Prevenir o envelhecimento precoce

Por ter ótimas quantidades de compostos antioxidantes, como cafeína, ácido clorogênico e ácido cafeico, o café ajuda a proteger a pele contra a ação dos radicais livres, prevenindo a flacidez e o envelhecimento precoce.

### Prevenir a doença de Parkinson

A cafeína, um composto presente em altas quantidades no café, protege as células do sistema nervoso central e estimula a liberação de dopamina, um neurotransmissor que, em baixas concentrações, aumenta o risco do desenvolvimento da doença de Parkinson.

Por isso, alguns estudos <sup>[1]</sup>, <sup>[2]</sup> têm mostrado que o consumo do café ajuda na prevenção da doença de Parkinson.

### Atenção à quantidade recomendada por dia

A ingestão recomendada para adultos é de 400 mg de cafeína por dia, o que equivale a aproximadamente 4 xícaras de 150 ml de café coado.

Mulheres que estejam grávidas, planejando engravidar ou amamentando, devem consumir o máximo de 200 mg de cafeína por dia, o que corresponde a um total de 2 xícaras de 150ml de café coado.

Já crianças a partir de 12 anos devem ingerir somente 100 mg de cafeína por dia, ou seja, o máximo de 130 ml de café coado.

### Pessoas com pressão alta devem limitar o consumo de café a 200 mg de cafeína por dia, o que equivale a 2 xícaras de café coado por dia.



## A Importância da Poupança



### O que seria Poupar?

Nos dias de hoje, face à crise que se vive no mundo, somos chamados a desenvolver no seio familiar o espírito de poupança, mas, o que seria poupar? De acordo com estudos, poupar é um hábito muito importante na vida do ser humano. Ter um dinheiro guardado ajudará a realizar projectos futuros, a comprar produto ou serviço à vista e ganhar um desconto ou até mesmo ter uma certa tranquilidade para situações de emergência.

Na poupança, há necessidade de se envolver toda a família, incluindo as crianças nesta aprendizagem do saber poupar dinheiro, vai fazer com que, com o tempo se tornem familiarizados com conceitos que fazem parte do dia a dia da vida de muitas famílias, e que se bem definidos, planeados e organizados podem fazer a diferença no presente e no futuro.

É claro que poupar em família é melhor, mais fácil e mais importante, porque a partilha de conceitos financeiros ajuda na elaboração de estratégias e definição

de objetivos de poupança que poderão ajudar a ter um futuro melhor.

A elaboração do orçamento familiar permite o controlo das despesas correntes e a tomada de decisões financeiras importantes, como a preparação da reforma, a educação dos filhos ou a compra de uma casa. Para isso, na gestão responsável e equilibrada das finanças pessoais, uma parte dos rendimentos devem ser destinados à poupança das famílias.

Todos os meses, ou sempre que possível e com regularidade, as famílias devem retirar uma parte dos seus rendimento para uma poupança. O ideal seriam 10% do rendimento, no entanto esta avaliação terá que ser feita, caso a caso. As famílias devem ter constituído um fundo de emergência (pelo, menos, 5 a 6 vezes o rendimento mensal da família) para acautelar o impacto financeiro de alguma situação imprevista, tal como o desemprego, um acidente, doença ou despesa inesperada.

A constituição de uma poupança pode também ter como objectivo mais

específico a compra de alguns bens ou serviços específicos ou a realização de um projecto, como seja fazer uma viagem, sem que seja necessário um recurso ao crédito.

Actualmente, poupar deve ser uma prioridade para acautelar o futuro e destinar uma componente da poupança à constituição de um complemento de reforma, ou para acautelar os estudos dos filhos ou ainda para dispor de um plano de saúde.

Tão importante como definir a quantia a poupar é conhecer as regras para um investimento responsável. Uma informação errada ou insuficiente pode originar perdas significativas e riscos elevados.

Poupar dinheiro tem benefícios para a nossa vida pois, melhora a sua saúde financeira, permite realizar metas e sonhos, planeamos melhor o futuro., Podemos estrar precavidos contra eventualidades entre outros. Então, é fundamental cultivar o hábito de poupanca aos nossos filhos.

## FICHA TÉCNICA

### Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

#### Director

Alfredo Mutombene

#### Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel  
Lucrécia Nhabomba  
CINE Grupo

#### Redacção

Lucrécia Nhabomba  
Luís Tobela  
Felisberto Matsinhe

#### Revisão

Messias Sofrinho

#### Fotografia

Emílio Fuel  
Jaime Guibango

#### Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Provincia de Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272  
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067  
Maputo - Moçambique Website: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)